

Título do projeto de pesquisa: FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS PELAS VIAS ADMINISTRATIVAS E JUDICIAL E A ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA-GOIÁS, BRASIL.

Pesquisadores:

- Amanda Queiroz Soares
- Rita Goreti Amaral
- Mércia Pandolfo Provin

Unidade da SES-GO: CMAC-GO

Tese de Doutorado: O ACESSO A MEDICAMENTOS PELA VIA ADMINISTRATIVA NO SETOR PÚBLICO DE SAÚDE NO BRASIL.

RESUMO

Apesar do sistema público de saúde brasileiro ser fundamentado nos princípios da universalidade e integralidade do acesso aos serviços de saúde, ainda se observam graves problemas relacionados à garantia do acesso aos medicamentos. Essa situação tem contribuído para a criação de novas institucionalidades, dentre elas a via administrativa, institucionalizada pelo poder Executivo e destinada a atender à demanda reprimida por medicamentos não obtidos no serviço público de saúde. Este estudo analisou o acesso a medicamentos pela via administrativa no setor público de saúde brasileiro. Trata-se de um estudo com métodos múltiplos incluindo um estudo caso-controle, um descritivo e um estudo de caso interpretativo utilizando a técnica do grupo focal, desenvolvidos no município de Goiânia, localizado na região centro-oeste do Brasil. Participaram da pesquisa usuários/acompanhantes: das unidades básicas de saúde; demandantes de medicamentos pela via administrativa; e com processo administrativo deferido para fornecimento de medicamentos. Os resultados demonstraram que a ocorrência das demandas administrativas para acesso a medicamentos está inserida em um contexto multifatorial, contemplando características econômicas e sociodemográficas dos usuários, da assistência à saúde, da assistência farmacêutica e das condições de cuidado em saúde. Além disso, demonstrou-se que entre os usuários que tiveram acesso a pelo menos um medicamento demandado pela via administrativa, predominaram aqueles menos vulneráveis socioeconomicamente, com autoavaliação positiva do estado de saúde, demandantes de análogos de insulina e que na maioria das vezes não consultam e nem obtêm medicamentos pelo setor público de saúde. As trajetórias da maioria dos demandantes com processos deferidos revelaram a fluidez dos indivíduos entre os setores público e privado de saúde, caracterizando uma tentativa de garantir a assistência à saúde. Assim, a via administrativa não se mostrou livre das barreiras de acesso aos medicamentos existentes no setor público de saúde, dada sua interdependência de um sistema que apresenta falhas tanto no setor saúde quanto acima do setor saúde.

Palavras chave: Assistência Farmacêutica. Medicamentos Essenciais. Acesso aos Serviços de Saúde. Direito à Saúde. Sistema Único de Saúde. Sistemas de Saúde. Política de Saúde. Brasil.

Há cópia disponível na Biblioteca Ena Galvão da Escola de Saúde Pública de Goiás Cândido Santiago, no endereço Rua 26, n. 521, Jardim Santo Antônio, Goiânia-GO, CEP 74853-070.

Trabalho não disponível na internet.